


Condições de Vida dos Agricultores Familiares Quilombolas


Living Conditions of Quilombola Family Farmers

Condiciones de Vida de Agricultores Familiares Quilombolas

Wilma Amâncio da Silva¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2718-7966>

Feliciano José Borralho de Mira²

 <https://orcid.org/0000-0003-0862-4910>

RESUMO: Esta pesquisa, realizada em 2016, evidencia abordagens pertinentes às condições de vida dos 24 remanescentes quilombolas entrevistados, residentes nas comunidades de Pariconha e Água Branca, no Estado de Alagoas, os quais têm a agricultura familiar como base econômica e tradicional, principalmente relacionada à subsistência de famílias. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, envolvendo as técnicas de visitação, de observação direta, incluindo a entrevista semiestruturada a partir de roteiro com perguntas abertas. As conclusões apontam que a condição socioeconômica da comunidade pesquisada é afetada pelo descaso do poder público, bem como a indisponibilidade de recursos financeiros. Além disso, os quilombolas não dispõem de moradia digna, saneamento básico e acesso ao direito à alimentação adequada, conforme a lei que acoberta a garantia de alimentação para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Condições socioeconômicas; Alimentação; Comunidades quilombolas.

ABSTRACT: *This research, accomplish out in 2016, evidences relevant approaches to the living conditions of the 24 remaining quilombolas interviewed, residing in the communities of Pariconha and Água Branca in the State of Alagoas, which have the family farming as an economic and traditional basis, mainly related to the subsistence of families. The methodology used consists of bibliographic research, field research, involving the techniques of visitation, direct observation, including the semi-structured interview from a script with open questions. The conclusions point out that the socioeconomic conditions of the researched community are affected by the negligence of the public power, as well as the unavailability of financial resources. In addition, quilombolas do not have worthy housing, basic sanitation and access to adequate, food according to the law that covers this guarantee for all.*

KEYWORDS: *Socioeconomic conditions. Food. Quilombola communities.*

¹ Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. E-mail: mmima13@hotmail.com.

² Doutorado em Socio-économie du Développement pela EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e doutorado em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Professor na Universidade do Estado da Bahia-UNEB. E-mail: felicianomira@hotmail.com.

RESUMEN: *Esta investigación, realizada en 2016, evidencia abordajes relevantes sobre las condiciones de vida de los 24 quilombolas restantes entrevistados, que viven en las comunidades de Pariconha y Água Branca, en el Estado de Alagoas, que tienen como base económica y tradicional la agricultura familiar, principalmente relacionada con la subsistencia de las familias. La metodología utilizada consiste en la investigación bibliográfica, la investigación de campo, que implica técnicas de visita, de observación directa, incluyendo entrevistas semi-estructuradas a partir de un guión con preguntas abiertas. Las conclusiones señalan que las condiciones socioeconómicas de la comunidad investigada se ven afectadas por la desatención del poder público, así como por la falta de disponibilidad de recursos financieros. Además, los quilombolas carecen de una vivienda valioso, saneamiento básico y del derecho a una alimentación adecuada, según la ley que contempla la garantía de la alimentación para todos.*

PALABRAS-CLAVE: *Condiciones socioeconómicas. Alimentación. Comunidades quilombolas.*

INTRODUÇÃO

A investigação aborda as condições de vida dos remanescentes quilombolas em comunidades pertencentes aos municípios de Pariconha e Água Branca – AL, e apresenta a agricultura familiar como relevante atividade econômica e característica de subsistência, ou seja, categoria relacionada à produção de alimentos para o autoconsumo, assegurando o bem-estar familiar e das pessoas que compõem a comunidade. Contudo, são notórias as dificuldades na produção agrícola relacionadas com a falta de chuva, bem como de investimentos partindo do poder público.

Nesse contexto, as políticas direcionadas ao fortalecimento da agricultura são quase inexistentes. Além disso, esses povos não dispõem de insumos e incentivos para comercialização. A suposta realidade torna-se perceptível através de relatos feitos pelas famílias, as quais dependem dos recursos próprios e naturais para produção de alimentos.

O resultado dessa situação deixou as comunidades quilombolas mais vulneráveis a restrições financeiras e acesso mínimo ao alimento necessário à sobrevivência. As comunidades apresentam condições socioeconômicas inadequadas, alimentação escassa, acesso precário ao atendimento médico e moradia indigna. A renda adquirida mensalmente pela família é destinada exclusivamente para comprar alimentos, e tais circunstâncias afetam a segurança alimentar e nutricional.

A pobreza que acomete a população brasileira, principalmente afrodescendente, é a mais cruel das heranças provenientes da escravidão. Nessa perspectiva, o sistema escravista no Brasil representou uma grande movimentação econômica nacional que constituiu o processo político, social e econômico do país com o trabalho negro. Contudo, contra isso, surgiram muitas formas de resistência, e os quilombos estavam entre as

maneiras de se opor a tal sistema desumano e opressor (HAERTER; NUNES; CUNHA, 2013).

Os quilombos são comunidades nas quais viviam escravos fugitivos provenientes de engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e propriedades; negros africanos, bem como índios. Atualmente, os indivíduos moradores desses espaços são chamados quilombolas. As invasões holandesas (1624-1625 e 1630-1654) ocasionaram a fuga de muitos escravos, e os senhores se preocupavam em defender as terras de invasões holandesas; uma quantidade grande de escravos aproveitou a oportunidade de desatenção para se refugiar nas matas. Essas atitudes dos escravizados, bem como a formação de quilombos, representaram uma importante forma de resistência às atrocidades sofridas pelos africanos e seus descendentes no Brasil (SILVA; MELO, 2011).

Diversos quilombos existiram durante o período escravista, o mais famoso foi a República de Palmares, durante o século XVII, na Serra da Barriga, União dos Palmares, em Alagoas, pertencente à Capitania de Pernambuco. Só a partir do século XVIII é que o ajuntamento de negros fugidos recebeu essa denominação, anteriormente conhecido por mucambo. Padilha e Nascimento (2013) acrescentam que os quilombos têm origens diversas, constituídas por negros fugitivos através da ocupação de terras muito isoladas, concedidas a partir de herança, podiam ser doações resultantes do pagamento de serviços concedidos ao Estado, e também houve a permanência e compra de propriedades durante e após o sistema escravista (abolição).

Este estudo desenvolveu-se no município de Pariconha, criado através Constituição Estadual em 5 de outubro de 1989, que se emancipou do Município de Água Branca, instalando-se oficialmente em 1 de janeiro de 1993. Em 1º de maio de 1962, o Distrito Judiciário de Pariconha foi instituído a partir da Lei nº 2.240, situada no alto sertão alagoano (IBGE, 2017a).

Neste estudo, alguns dados foram pesquisados acerca da comunidade remanescente quilombola Malhada Vermelha, enfatizando a produção agrícola em seus aspectos para verificar sobre sua capacidade de garantir a alimentação desses povos tradicionais. A comunidade Malhada Vermelha possui 15 famílias de remanescentes quilombolas, os quais desenvolvem a agricultura familiar. Essa pequena comunidade está localizada a 16 quilômetros da zona urbana de Pariconha, situada próxima ao sítio Serra do Engenho; cujo acesso por estrada de chão não é fácil em períodos chuvosos.

O relato do quilombola J. C. A., de 55 anos, retrata a história do surgimento da comunidade: *“A comunidade Malhada Vermelha antigamente era uma fazenda e tinha um malhador no qual todos os animais que vinham dos municípios de Inajá, de Moxotó e de Mata Grande dormiam, por isso a comunidade recebeu esse nome”*. Grande família de negros fugitivos, migrantes do Estado do Ceará, foram os primeiros habitantes das terras de

Malhada Vermelha, e se instalaram almejando um lugar para viver em harmonia, cercados por belas paisagens, serras e vegetações. Desenvolviavam atividades agrícolas, criação de animais e viviam em coletividade.

No século XIX escravos e fugitivos das senzalas de Água Branca ou que trabalhavam para as primeiras famílias que fundaram Pariconha, as famílias Teodósios, Viera, Viana e Félix, constituíram as comunidades quilombolas de Burnio, Malhada Vermelha e Melancias. Conforme citaram alguns moradores, esses quilombolas trabalharam na casa de farinha e no engenho de Cândido Quixabeira.

Existiam poucos remanescentes quilombolas em Malhada Vermelha, no período entre março e maio de 2016, no qual a pesquisa foi realizada. A anciã responsável pela difusão da história dos seus antepassados tinha 90 anos de idade, encontrava-se bastante doente, e perdeu a capacidade de comunicação. A quilombola reside com uma nora que relatou pequenos fragmentos dos aspectos históricos do lugar.

Além disso, o município de Água Branca também fez parte desta pesquisa, apresentando grande relevância histórica e cultural. O território de Água Branca pertencia à sesmaria correspondente aos municípios que são nomeados atualmente como Mata Grande, Delmiro Gouveia e Piranhas, até o século XVII, seu povoamento iniciou no século XVIII com a chegada do capitão Faustino Vieira Sandes, tradicional família que conquistou grande importância. Anteriormente, foi um povoado denominado “Mata Pequena ou Matinha de Água Branca” (IBGE, 2017b).

Há cinco comunidades remanescentes quilombolas denominadas Lagoa das Pedras, Cal, Moreira de Baixo, Serra das Viúvas e Barro Preto. As comunidades remanescentes quilombolas participantes da pesquisa foram Moreira de Baixo e Cal. Assim, investigou-se os principais aspectos da agricultura familiar para a produção de alimentos e sua relevância em relação à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Conforme o relato da presidente da Associação Quilombola S.M.S., de 39 anos de idade, os primeiros habitantes disseram que “[...] *por essa terra só tinha Moreira, não existia outra coisa, depois de construir a rodovia BR 423 dividiram em Moreira de Cima (terras próximas a BR) e Moreira de baixo (terras localizadas abaixo ou distantes da BR)*”. Outra versão da história refere-se a um fato curioso contado sobre a comunidade: “*Que no início do povoamento, havia um homem chamado Moreira, respeitado e amado por todos e após a sua morte, em sua homenagem, o povoado passou a se chamar Moreira de Baixo*”.

Além disso, conforme o relato da presidente da associação, M. G. B. S., de 30 anos, sobre a história da comunidade Cal, esta se relaciona a uma atividade antiga na região como a extração do calcário, segue a citação da entrevistada: “[...] *extraíam pedras do chão, cavavam um buraco grande, colocavam as pedras no forno e cozinhavam com fogo a lenha,*

as pedras da cal, transportada em jegues e vendiam na cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas”. A narrativa descreve a representação de uma das atividades mais importantes, fonte de sobrevivência dos antepassados, por isso a comunidade recebeu o nome de Cal.

A hipótese deste estudo consiste em: as atividades desenvolvidas e o restrito acesso às políticas públicas são determinantes para que os quilombolas não apresentem condições socioeconômicas favoráveis de acesso à uma alimentação adequada com características tradicionais. As variáveis são: agricultura familiar, alimentação e comunidade. As principais características da agricultura família estão dispostos na pesquisa sob forma de atividade referente à produção de alimentos, delineando sua relevância estabelecida no cerne das narrativas expressas pelos agricultores familiares durante o processo. O objetivo do estudo é investigar as condições socioeconômicas pertinentes à agricultura familiar quilombola para a garantia do acesso à alimentação adequada.

CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA ALIMENTAÇÃO

Diversos problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional afetam as comunidades quilombolas no Alto Sertão alagoano. Entretanto, o potencial da agricultura familiar poderia contribuir substancialmente com a aquisição de alimentos desses povos. Inúmeros desafios são enfrentados no processo de produção em relação ao acesso à terra, bem como havia poucos recursos financeiros para ampliação da capacidade produtiva. Mas a resiliência quilombola se identifica nos variados aspectos culturais, como na valorização da alimentação com características tradicionais.

A alimentação dentro de estudos etnográficos de grupos domésticos se expressa na análise do trabalho, na exploração, em variadas formas de gerar renda, na utilização dos orçamentos domésticos, evidenciando a posição da alimentação no âmbito do conjunto de despesas, formas de aquisição e escolha de alimentos, organização familiar, divisão de gênero em relação ao trabalho, controle, consumo, refeições, composição de cardápios, crenças que envolvem a alimentação e a prática como um todo. Além disso, há um destaque especial acerca do seu valor simbólico (CANESQUI, 2005).

As representações e símbolos sobre os alimentos são constituídos a partir das expressões formadas na sociedade conforme determinados grupos sociais, crescendo continuamente. O aspecto alimentar está inserido nas diferentes práticas em relação ao alimento como: preparo, compra e consumo. As atividades domésticas em seu desenvolvimento apresentam características tradicionais, e os alimentos dentro dos domicílios apresentam grande valor em contraposição com os produtos industrializados (POULAIN; PROENÇA, 2003).

As noções conceituais sobre alimentação ou comida dentro da cultura acontecem ao relacionar alimento, natureza e sociedade, quando a historicidade antecede os pareceres dos indivíduos. No mesmo espaço da sociedade, diversos objetos convivem, combinando culturalmente, e se reproduzem para significar o comer. Essa compreensão sobre o comer estabelece um conjunto de princípios organizados apresentando significados históricos (SANTOS, 2007).

Nessa perspectiva, os remanescentes quilombolas valorizam as tradições relacionadas aos modos de produção, incluindo os alimentos e combinações de acordo com as receitas apreendidas pelos ancestrais no percurso do tempo, sendo ensinamentos que usam alimentos, a exemplo do milho, do feijão, da macaxeira e da abóbora, entre outros cultivados. Esses aspectos caracterizam a comunidade, além disso, a infraestrutura precisa de organização em termos de moradia, espaços próprios para reuniões, cultos e expressão da identidade.

Os hábitos alimentares das comunidades são subsídios das relações sociais, das disputas por hegemonia e da ocupação, caracterizando a etnia, a identidade e o gênero. A alimentação faz parte dos atos simbólicos para se compreender a constituição da cultura de determinados grupos sociais, e escolher alimentos faz parte de movimentos cotidianos de fatos num constante diálogo entre a pessoa que come e a comida (SANTOS, 2012).

Canesqui (2005) constatou, através de pesquisas, que validar a “boa alimentação” para a saúde mostra a existência de conhecimentos concomitante com as práticas tradicionais. Os saberes da nutrição estabelecidos por profissionais específicos divulgados pelos meios de comunicação expressam uma nova interpretação sobre os alimentos e alimentação baseada em culturas populares.

Entretanto, escolher determinados alimentos em relação a outros está intimamente relacionado ao contexto cultural da diversidade paralelamente às desigualdades sociais (CAMBUY, 2006). Diversas ações e programas foram criados para assegurar aos remanescentes quilombolas a segurança alimentar e nutricional no âmbito nacional, por exemplo: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Acesso à Água (cisterna), Distribuição de Alimentos etc. (BRASIL, 2019), com o objetivo de cumprimento das leis que fundamentam o direito à alimentação.

MATERIAIS E MÉTODO

Neste estudo, foram efetuadas 24 entrevistas no Município de Pariconha – Alagoas e no Município de Água Branca durante os meses de outubro e novembro de 2016, com 19 pessoas do sexo feminino e cinco do sexo masculino; 11 agricultores tinham idade entre 21

e 40 anos, 10 pessoas apresentavam a faixa etária entre 41 e 60 anos, e três agricultores possuíam idade entre 61 e 80 anos. O presente artigo expõe os resultados da pesquisa especificamente nas Comunidades Malhada Vermelha em Pariconha, Moreira de Baixo e Cal em Água Branca no Estado de Alagoas.

Pergunta de partida, hipóteses e variáveis

A atividade agricultura familiar pode assegurar plenamente a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas comunidades quilombolas de Pariconha e Água Branca – AL? A teoria e a metodologia são práticas subjetivas inseparáveis. “O diálogo com o corpo de hipóteses é derivado de um conjunto de pressuposições teóricas, funcionando, então, o dado empírico como prova ou evidência de questionamento” (MIRA, 2013, p. 3). Apresentam-se como uma resposta provisória relacionada à pergunta de partida da investigação, antecipando a relação entre fenômeno e conceitos aplicáveis. A expressão das hipóteses deve ser de forma observável, indicando direta e indiretamente os tipos de observações que serão recolhidas durante o trabalho (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998).

A hipótese deste estudo consiste em que os remanescentes quilombolas de Malhada Vermelha em Pariconha – AL, Moreira de Baixo e Cal em Água Branca não apresentam condições socioeconômicas favoráveis para o acesso a uma alimentação adequada com características tradicionais.

As variáveis são todos os aspectos voltados aos fenômenos, suas propriedades, características particulares ou fatores observáveis e mensuráveis. A variável *Agricultura Familiar* discute a da organização dos meios de produção das comunidades estudadas.

A variável *Alimentação* compreende uma função vital de assimilação de alimentos e nutrientes que engloba o eixo articulador do fornecimento material e imaterial à vida, com valor simbólico para os quilombolas.

A variável *Comunidade* aborda os aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos dos grupos sociais, especificamente agricultores quilombolas da comunidade Malhada Vermelha, Moreira de Baixo e Cal no Alto Sertão de Alagoas.

O critério para a escolha das comunidades estudadas na pesquisa surgiu a partir de um levantamento acerca dos municípios do Alto Sertão de Alagoas em comunidades quilombolas, que apresentavam a agricultura familiar como importante atividade econômica. Nessa perspectiva, é notável que a quantidade de mulheres entrevistadas foi maior em relação ao número de homens participantes da pesquisa porque durante o processo de coleta de dados as mulheres estavam mais disponíveis para responder as perguntas.

Segundo Mira (2013) toda fonte de informação possibilita ao investigador o conhecimento relacionado ao objeto que está sendo analisado, definindo-se como

documento, cujo tratamento se transformará em conhecimento. As redes de informações mapeadas que se estabelecem entre pesquisador e documentos voltados ao trabalho contribuem para os diagramas empíricos que vivenciam o processo de produção de conhecimento do campo.

Além, disso, a pesquisa bibliográfica contribuiu com a fundamentação e estruturação da coleta de dados, sua interpretação face à variedade, bem como a riqueza presente no universo de informações sobre o tema. Foram selecionados oito entrevistados de cada comunidade a partir da técnica *Bola de Neve* (Snowball) na qual, segundo Baldin e Munhoz (2011), os participantes iniciais indicam novos participantes e assim de forma sucessiva outros serão indicados. Nesta pesquisa houve a indicação dos moradores e representantes locais, o que resultou em uma amostra não representativa da população. A entrevista semiestruturada foi a principal técnica de coleta de dados, juntamente com a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e a Tricotomia 3i – índice, index, indicial (MIRA, 2016), numa perspectiva quantiquantitativa.

Nível de renda

As condições socioeconômicas dos remanescentes quilombolas são analisadas a partir do nível de renda em relação à quantidade de pessoas em cada residência, instrumentos domésticos, situação de moradia e o valor da renda gasta com o acesso à alimentação. Veja algumas informações dispostas na tabela 1.

Tabela1 – Renda e gastos com alimentação dos agricultores quilombolas

Comunidades Remanescentes Quilombolas								
Malhada Vermelha			Moreira de Baixo			Cal		
Nº Pessoas	Renda mensal (R\$)	Gastos com Alimento (R\$)	Nº Pessoas	Renda mensal (R\$)	Gastos com Alimento (R\$)	Nº Pessoas	Renda mensal (R\$)	Gastos com Alimento (R\$)
5	366,00	366,00	15	1.000,00	1.000,00	5	400,00	350,00
4	230,00	230,00	7	1.500,00	1.000,00	4	880,00	880,00
3	177,00	177,00	2	880,00	500,00	4	880,00	400,00
2	150,00	140,00	4	880,00	880,00	5	880,00	400,00
6	422,00	422,00	3	281,00	250,00	2	1880,00	700,00
4	340,00	340,00	8	1.760,00	1.760,00	6	426,00	300,00
2	880,00	500,00	4	264,00	264,00	2	880,00	880,00
4	400,00	400,00	5	400,00	350,00	2	880,00	300,00

Fonte: elaborada pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2016.

As três comunidades apresentavam diferenças em relação ao nível socioeconômico das famílias de agricultores quilombolas, porém esses recursos financeiros não são exclusivamente oriundos das atividades agrícolas. Os agricultores desenvolviam atividades

fora do espaço rural ou recebiam dinheiro de programas sociais, bem como da previdência social. Porém a maior parte desses era utilizada para aquisição de alimentos.

Conforme os dados expostos na tabela 1, todos os entrevistados da comunidade quilombola de Malhada Vermelha eram agricultores e possuíam renda mensal entre R\$ 150,00 e R\$ 880,00, em 2016 o salário mínimo correspondia a R\$ 880,00, segundo o decreto nº 8.618/2015 (AUDITEC GESTÃO CONTÁBIL, 2022), porém seis pessoas entrevistadas comprometiam toda a renda mensal com a compra de alimentos e dois indivíduos expressaram que não utilizavam todos os recursos financeiros com a mesma finalidade. Acerca do acesso à moradia própria, o número de pessoas variava entre dois e seis indivíduos, sendo assim, apenas um quilombola vivia em casa emprestada.

Contudo, no Povoado Moreira de Baixo a renda mensal dos agricultores quilombolas variava entre R\$ 264,00 e R\$ 1.760,00. Além disso, quatro quilombolas utilizavam toda a renda para comprar alimentos e seis pessoas utilizavam suas rendas com a compra de alimentos incluindo outros itens básicos. O número de pessoas por residência variava entre duas e quinze. Mas, em relação à moradia, seis pessoas viviam em residências próprias e duas moravam em casas emprestadas.

Porém, na comunidade Cal o valor da renda mensal dos entrevistados variava entre R\$ 400,00 e R\$ 1.880,00, sendo que dois entrevistados comprometiam sua renda mensal com a compra de alimentos, seis quilombolas utilizavam sua renda mensal não exclusivamente para comprar alimentos, mas adquiriam outros bens necessários. O número de pessoas por casa variava entre dois e seis. Todas as pessoas entrevistadas possuíam residência própria. A renda familiar pode representar as condições de vida de uma família, segundo Melo e Cartibani (2000, p. 2), “A incapacidade de ter acesso à renda, leva a população a dificuldades em adquirir os produtos de consumo, até mesmo os da cesta básica”.

Nessa perspectiva, o valor da cesta básica em 2016 aumentou em 27 capitais, segundo dados fornecidos pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Em Maceió o aumento chegou a 20,69% e em São Paulo a 4,96%. Os custos do conjunto de bens alimentícios básicos nas seguintes capitais do Nordeste foram de: Maceió - R\$ 391,56, Recife - R\$ 347,96 - e Aracaju – R\$ 349,68, entretanto o valor mínimo que uma família de quatro pessoas necessita para sua manutenção deveria ser equivalente a R\$ 3.865,23 ou 4,38 vezes o mínimo de R\$ 880,00, equivalente ao salário mínimo da época (DIEESE, 2017).

Em diversos estudos, o nível socioeconômico é uma variável explicativa ou de controle voltada à análise de fenômenos sociais variados; faz parte de uma construção teórica que não se mede diretamente, pois se manifesta a partir da educação, ocupação, bem como da

renda das pessoas responsáveis pela família. A forma de medir a renda dos indivíduos está fora de padrão entre os estudos, a obtenção de respostas fidedignas em relação aos questionamentos sobre a renda é imprevisível, mesmo quando são apresentadas as faixas de rendimentos em forma de categoria ou mesmo as perguntas não sendo respondidas pelos responsáveis principais da família, as frequências em relação às respostas inválidas são comumente elevadas, há uma tendência de se omitir a renda, segundo os economistas (ALVES; SOARES, 2009).

Contudo, Malhada Vermelha apresentou frequência de citações nos discursos dos quilombolas acerca do valor da renda comprometida com a compra de alimentos. A agricultura familiar é a principal fonte de renda, porém insuficiente para promover a segurança alimentar desses povos. Em decorrência dos problemas sazonais, bem como de pouco incentivo do governo em relação à produção, essa atividade agrícola não gera renda suficiente para a subsistência familiar, pois muitos agricultores procuram outras atividades que lhes proporciona a aquisição de bens, a exemplo de empregos em departamentos públicos, vendedor ambulante, e serviços como pedreiro, ajudante etc.

Mesmo assim, as condições socioeconômicas dos remanescentes quilombolas foram analisadas a partir do nível de renda em relação à quantidade de pessoas que viviam nas residências, instrumentos domésticos, situação de moradia, incluindo o valor da renda gasta com alimentação. A renda familiar é essencial para avaliar as condições de vida da população, referentes à ocupação da família e ao acesso aos bens materiais e de consumo.

Devido às dificuldades na produção agrícola, os agricultores, especialmente do sexo masculino, cada vez mais estão buscando desenvolver atividades não agrícolas para melhorar a renda mensal familiar. Para Schneider (2009) a pluriatividade está presente no espaço rural e consiste na junção da agricultura familiar com outra atividade correspondente, geralmente desenvolvida por componentes familiares.

As atividades não agrícolas compreendem modificações no mercado de trabalho e formas inovadoras de ocupação, sem deixar de viver no campo. Nesse contexto, a dos dados apresentados sobre a aposentadoria e o auxílio-doença, que são políticas sociais de muitas famílias que sobrevivem a partir da agricultura familiar nessas comunidades estudadas, Malhada Vermelha evidenciou um aposentado, mas que continuava trabalhando na agricultura familiar. Mas na comunidade Moreira de Baixo existiam quatro aposentados e a comunidade Cal continham cinco pessoas aposentadas. Nessa perspectiva, a aposentadoria de um dos membros da família representou significativa melhoria da qualidade de vida. O benefício concedido aos quilombolas estava relacionado à casos de deficiência, doença crônica e idade. Alguns instrumentos domésticos presentes em

residências foram citados com mais frequência durante as falas dos entrevistados e estão expostos na tabela 2.

Tabela 2 – Instrumentos domésticos das famílias

Comunidades Quilombolas				
Categoria	Malhada Vermelha	Moreira de Baixo	Cal	Total
Itens	Frequência	Frequência	Frequência	
Televisão	5	4	7	16
Cama	5	2	-	7
Fogão a gás	3	6	7	16
Armário	3	-	1	4
Mesa	2	7	1	10
Fogão à lenha	2	4	5	11
Geladeira	2	-	-	2
Som	2	4	2	8
Cômoda	1	5	7	13
Sofá	1	5	5	11
Estante	1	3	1	5
Rack	1	3	-	4
Celular	1	2	-	3
Freezer	-	1	-	1
Computador	-	1	-	1
Internet	-	1	-	1
Guarda-roupa		1	2	3
Total	29	49	38	116

Fonte: elaborada pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2016.

Os resultados expostos evidenciaram que as residências eram de tamanho pequeno, contendo no máximo quatro cômodos, a maioria das habitações construída de taipa. As casas dos quilombolas agricultores continham poucos itens, em sua maioria envelhecidos. Além disso, as condições de sobrevivência eram muito restritivas, sem água canalizada, rede de esgoto e banheiro. Os moradores de áreas que não possuem sistema de saneamento básico estão expostos ao risco de contaminação e poluição de corpos d'água. Existem essas desigualdades em relação ao saneamento e ao abastecimento de água entre a zona rural e a urbana (AMARAL *et al.*, 2003).

No Povoado Moreira de Baixo as citações mais frequentes foram: televisão, fogão a gás, mesa, cômoda e sofá. As palavras apresentadas nas narrativas e menos frequentes foram: freezer, computador, internet e guarda-roupa. Apenas um entrevistado citou essas palavras, pois sua família possuía uma renda diferenciada pois, através da atividade desenvolvida como pedreiro, complementava a renda familiar. A partir do exposto, se evidenciou que esse povoado tem um número maior de instrumentos domésticos nas residências, além de boa infraestrutura da comunidade.

Todas as moradias foram construídas de alvenaria, a maior parte possuía banheiro, com fossas rudimentares fechadas, porém alguns moradores citaram sobre a falta desse

espaço para asseio etc. Além disso, havia água canalizada, eletrificação e mais de quatro cômodos. O trabalho de coleta pública de lixo não acontecia com frequência e o lixo produzido era queimado. Quanto aos instrumentos tecnológicos, dois entrevistados citaram que possuíam celulares, mas apenas um possuía computador e internet. Nessa comunidade, os entrevistados apresentaram condições econômicas para adquirir bens materiais e suas residências eram confortáveis.

Na comunidade Cal, as palavras mais frequentes acerca dos instrumentos domésticos identificados nas residências foram: televisão, fogão a gás e cômoda. As menos frequentes: estante, armário e mesa. Observou-se que a dimensão das moradias era pequena, com no máximo cinco cômodos, possuía canalização de água e banheiros, sem esgotamento sanitário.

Não havia coleta pública de lixo no povoado. Além disso, os entrevistados residiam em casas pequenas construídas de alvenaria. Possuíam alguns móveis, e observou-se que cinco quilombolas cozinhavam em fogão a lenha. Não mencionaram a palavra cama durante a entrevista, mas todas as residências tinham esse item.

Através do exposto, é possível perceber conforme a frequência de palavras citadas que há algumas diferenças em relação às condições socioeconômicas de cada comunidade. Na comunidade Malhada Vermelha em Pariconha, os remanescentes quilombolas apresentaram vulnerabilidade em relação às demais comunidades, visto que os indivíduos não tinham acesso a muitos direitos dos cidadãos.

Com moradias de pequenas dimensões, construídas de taipa (termo utilizado por eles), possuíam poucos móveis e recursos materiais insuficientes para viver com conforto e bem-estar. A carência se estendia principalmente ao acesso às tecnologias e meios de comunicação atuais. Nesse contexto, as três comunidades requerem medidas urgentes destinadas à qualidade de vida e à segurança alimentar e nutricional, em especial com a concretização de direitos humanos. A SAN se envolve na preocupação referente ao destino dos lixos e esgotos como precaução contra a contaminação dos alimentos.

Índice de Escolaridade das Comunidades

O nível socioeconômico das famílias pode se expressar nas características que se manifestam em dados sobre o acesso à educação, podendo ser analisados o índice de escolaridade, bem como oportunidade de cursar a educação básica. A educação é a base para o desenvolvimento de uma nação, seu investimento traz benefícios para a constituição do ser humano em todos os aspectos, como indica os princípios direcionadores de um governo ou nação.

Ao analisar os dados da tabela 3, observou-se que sete entrevistados não concluíram o ensino fundamental, mas apresentavam conhecimento em leitura e escrita, eram alfabetizados; uma pessoa nunca frequentou a escola, porque o trabalho na lavoura impossibilitava o acesso à educação formal, e o outro motivo referiu-se à inexistência de escolas na comunidade durante o período da infância dos agricultores. Além disso, três quilombolas estudaram alfabetização em turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) ofertadas na própria comunidade e uma pessoa tinha a formação de ensino médio incompleto.

Tabela 3 – Grau de escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Malhada Vermelha	Moreira de Baixo	Cal	Total
Nunca estudou	1	1	2	4
Alfabetização EJA	3	-	1	4
Fundamental Incompleto	3	5	4	12
Fundamental Completo	-	-	-	-
Médio Incompleto	1	-	1	2
Médio Completo	-	1	-	1
Superior Incompleto	-	1	-	1
Total	8	8	8	24

Fonte: elaborada pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2016.

Os entrevistados apresentavam baixa escolaridade, em sua maioria, consequência da falta de acesso à escola na infância e adolescência. Além disso, a evasão escolar e o pequeno índice de frequência dos estudantes constituem características visíveis nos espaços rurais, pois o trabalho no campo pode distanciar os agricultores das instituições escolares, pela dificuldade em conciliar o trabalho agrícola com a escola.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA ALIMENTAÇÃO DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS

As principais características da alimentação dos remanescentes quilombolas das comunidades participantes deste estudo estão apresentadas na tabela 4. A alimentação é essencial à sobrevivência e equilíbrio da vida, por isso é necessário o acesso a uma alimentação adequada e saudável. Sendo reconhecida como um direito humano, a alimentação deve ser obrigação do Estado, respeitando os aspectos sociais, econômicos e culturais, bem como os meios de obtenção. Através da variável alimentação, se discutirá a dimensão “práticas alimentares”.

Os alimentos citados com mais frequência nas falas foram: feijão, carne, arroz, café, pão e cuscuz. Além disso, as citações textuais expressas a seguir trazem algumas palavras que os entrevistados evidenciaram acerca dos alimentos consumidos: “O feijão mesmo, o arroz, a carne [...] (Z.S., 33 anos – Malhada Vermelha)”. “Cuscuz que é comida forte, feijão

não pode faltar (R. S. G., 22 Anos – Moreira de Baixo). “*De manhã no café a pessoa às vezes faz cuscuz, café, pão, à noite toma só o café com pão e outras coisas, feijão é difícil comer à noite, sempre carne no almoço (J. S. S., 22 anos)*”.

Tabela 4 – A alimentação dos remanescentes quilombolas

ALIMENTOS									
Consumidos Diariamente					Com características culturais				
Nomes	Malhada Vermelha	Moreira de Baixo	Cal	Total	Nomes	Malhada Vermelha	Moreira de Baixo	Cal	Total
Feijão	9	7	8	23	Feijoada	3	3	3	9
Carne	9	7	7	23	Buchada	2	4	3	9
Arroz	7	5	7	19	Beiju	3	2	2	7
Café	3	5	8	16	Mungunzá	2	-	3	5
Pão	3	6	7	16	Canjica	1	1	2	4
Cuscuz	2	4	4	10	Cuscuz	1	1	1	3
Biscoito	2	1	3	6	Bolo	-	1	2	3
Ovos	1	2	3	6	Fubá	1	2	-	3
Verdura	3	-	-	3	Tapioca	1	1	-	2
Macarrão	1	2	-	3	Sarapatel	-	2	-	2
Abóbora	1	1	-	2	Galinha	1	1	-	2
Farinha	1	1	-	2	Angu	1	1	-	2
Mortadela	-	1	1	2	Milho	1	1	-	2
Beiju	1	-	1	2	Doce	-	-	2	2
Manteiga	-	1	1	2	Arroz doce	-	-	2	2
Leite	-	-	2	2	Rubacão	-	1	1	2
Milho	-	1	-	1	Pamonha	1	-	1	2
Macaxeira	-	-	1	1	Puba	1	-	-	1
Salada	1	-	-	1	Fato	-	1	-	1
Bolo	-	-	1	1	Macaxeira	1	-	-	1
Sopa	1	-	-	1	-	-	-	-	-
TOTAL	45	44	54	143	-	20	22	22	64

Fonte: elaborada pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2016.

Entre esses alimentos, só o feijão foi cultivado na propriedade, os demais foram adquiridos através da compra, inclusive o cuscuz que antigamente tinha o preparo realizado por mulheres, as quais usavam o milho cultivado na propriedade.

Nesse contexto, a citação seguinte demonstra o modo de fazer o cuscuz expresso pela quilombola agricultora: “*Moer o milho, tirava o milho da roça meio seco de que maduro né, quando estava assim querendo secar o caba botava mais de molho um pouquinho, moía para fazer o cuscuz [...]*” (T.R.S., 33 anos).

Além disso, os alimentos industrializados que apareceram nas falas foram: arroz, café, cuscuz, biscoito, macarrão, farinha e mortadela. A farinha era produzida em casas de farinha por seus antepassados, o café era comprado em grãos, torrado com rapadura e pisado no pilão até virar uma massa, chamada café-de-caco. São ilustrações das características inerentes às tradições regionais que estão se perdendo com o transcorrer do tempo. Entretanto, muitos alimentos que apareceram nos discursos são naturais, oriundos

dos quintais: verduras e ovos; e provenientes do preparo na cozinha: beiju, salada, bolo e sopa. Outros alimentos são fornecidos pelo espaço agrícola: abóbora, carne e leite.

Em relação à carne, alguns quilombolas mencionaram que a compravam em feiras e mercados, mas muitos entrevistados desenvolvem criações de animais para consumo próprio e para vender como: boi, porco, bode, carneiro e galinha. A partir do exposto, torna-se evidente a base da dieta alimentar de cada comunidade, que não inclui alto índice de produtos industrializados, porque há indisponibilidade de recursos financeiros para adquiri-los. Mesmo com bastante dificuldade, a variedade de alimentos consumidos é oriunda da agricultura familiar que sob condições favoráveis pode proporcionar a subsistência necessária.

Mesmo com a facilidade de se adquirir os produtos industrializados em mercados de maneira mais fácil e dispor da apelação feita pelos meios de comunicação como as propagandas, que induzem o indivíduo a consumir grande número de produtos industrializados (CAMBUY, 2006), é pequeno o consumo desses tipos de alimentos nas comunidades quilombolas estudadas. As informações expressas na tabela 4 não podem significar que os quilombolas tenham alimentação saudável e nutritiva, pois os alimentos não estão disponíveis continuamente às famílias quilombolas, principalmente o alimento que eles costumam chamar de “mistura”, que é a carne, fonte de proteína. Nesse contexto, há casos específicos sobre a ausência do acesso aos alimentos, expressa na fala do entrevistado a seguir.

Feijão, arroz, quando tem, cuscuz, quando tem, também qualquer coisa quando tem dentro de casa, dentro de casa às vezes falta, está faltando tanta coisa aqui dentro, você não sabe minha fia, do jeito que a crise está feia, tá feia, está faltando tanta coisa dentro de casa, sem serviço, sem trabalho, num lugar desse, está seco, sem futuro, viu (S.B.T., 28 anos – Malhada Vermelha).

Valente (2002) afirma que o direito à alimentação adequada está relacionado à disponibilidade de alimento sem substâncias nocivas, com alimentos de boa aceitação cultural que correspondam às necessidades alimentares e nutricionais das pessoas e com acesso ao alimento sem interferir com outros direitos humanos de maneira sustentável, chegando à nutrição. Assim, melhorar os aspectos econômicos, fazendo bom uso dos recursos naturais com responsabilidade, disponibilizando medidas contra a fome, fazem parte do direito à

Os alimentos com características culturais apresentam grande significado para os remanescentes quilombolas e fortalece os saberes transmitidos de uma geração para outra. Os tipos de alimentos citados nas narrativas com frequência, expressando peculiaridades culturais das comunidades pesquisadas, fazem parte de um legado na culinária

afrobrasileira: a feijoada, a buchada, o beiju, o mungunzá, a canjica, o cuscuz, o bolo e o fubá.

As três comunidades estabelecem semelhanças em relação aos aspectos históricos e culturais dos hábitos alimentares presentes em outras comunidades remanescentes quilombolas do nordeste brasileiro, visto que essa região foi palco da escravidão dos negros que enraizaram seus costumes alimentares, e a comida relacionou-se a determinados povos em especial, refletindo a identidade, as restrições e os anseios, envoltos de grande simbolismo.

Comumente, os alimentos são preparados a partir do uso de produtos cultivados conforme as safras, e os quilombolas criaram e recriaram receitas, essencialmente a partir da disponibilidade dos alimentos em determinada época do ano. Alguns exemplos: a feijoada cuja receita é composta por feijão que se cultivava em espaços agrícolas, acrescentando a carne, mesmo em pequenas porções, que sobravam de outras refeições; com o milho cultivado, preparavam-se diversas receitas como mungunzá doce e salgado, canjica, cuscuz pisado no pilão ou moído, fubá, bolo de milho, angu e pamonha. Nessa perspectiva, a citação de um quilombola da comunidade Cal acrescenta algumas comidas.

[...] também a gente aprendeu, era tradição de antigamente, comida era mungunzá sempre com milho moído né, faz bolo, milho moído, sabe tudo era igual aquela coisa que tem, tudo milho, porque era o que a gente tinha da roça, então a gente vai aprendendo aquelas receitas mais puxadas naquele lado que consegue tirar, ia fazendo aquela mistura tipo o mungunzá salgado veio do milho com o feijão junto, o doce já veio do milho como o coco né [...] (M. G. B. S., 30 anos – Cal).

Contudo, outros tipos de alimentos originaram-se através da pecuária desenvolvida por quilombolas. São exemplos as vísceras do bode com o qual se fazia a buchada e, a partir do uso das vísceras suínas, do cabrito ou do carneiro, preparava-se o sarapatel. A macaxeira cultivada servia como base para as seguintes comidas: macaxeira cozida, beiju, tapioca e massa puba, utilizada nas receitas de bolo. Além disso, segundo os entrevistados, para fazer doces utilizavam-se as frutas cultivadas nas propriedades, bem como em quintais.

Os modos de consumo do alimento mostram características do indivíduo que come. O ser humano estabelece regras a respeito do que é permitido ou não comer e, entre os alimentos potenciais, há critérios voltados à cultura que implica no conceito de comida, que não responde aos critérios nutritivos (SILVA; BAPTISTA, 2016). Contudo, compreender os significados da alimentação para as sociedades é possível através de indicadores nutricionais e biológicos, sendo que o comportamento em relação à comida reflete a cultura do indivíduo (CAMBUY, 2006).

Na sociedade capitalista, com os diversos processos produtivos, há a homogeneidade social e cultural que faz parte dos hábitos alimentares, no cerne do processo de produção, preparo dos alimentos e consumo. Os hábitos alimentares não correspondem unicamente às especificidades fisiológicas, para o homem tem um simbolismo marcante, dentro das relações sociais traduzindo significados (DANIEL; CRAVO, 2005).

Em comunidades de remanescentes quilombolas há peculiaridades, pois vivem com uma economia diferente, quase sem acúmulo de capital, e exercem na maioria das vezes a agricultura familiar de subsistência, vendendo os alimentos excedentes, e sua relação com a natureza expressa sustentabilidade (SILVA; BAPTISTA, 2016).

Na comunidade Malhada Vermelha foram 20 citações, entretanto, nos povoados Moreira de Baixo e Calco incidiu o número de citações mais frequentes totalizando 22, resultando em 64 palavras referentes aos alimentos com aspectos que refletem suas tradições. Nesses termos, é imprescindível uma política que valorize esses saberes dos ancestrais transmitidos através do processo educativo. Assim, a educação torna-se imprescindível à valorização e concretização da cultura alimentar em comunidade de povos tradicionais.

Mas a vulnerabilidade social se destaca no contexto apresentado. Apesar de existirem algumas políticas direcionadas à distribuição de alimentos para as camadas mais carentes, principalmente entre os quilombolas, estas são insuficientes para suprir as necessidades.

Os entrevistados relataram em Malhada Vermelha que nunca receberam cestas básicas, e em Moreira de Baixo havia apenas um projeto para a distribuição da cesta básica quilombola que, entretanto, não se concretizou. Na comunidade Cal, quatro entrevistados disseram que receberam cestas básicas, porém suspenderam a distribuição por tempo indeterminado, alegando que a crise no país estava dificultando a aplicabilidade do projeto; quatro entrevistados disseram que nunca receberam nada. Os alimentos na cesta foram expressos na seguinte citação:

A gente recebeu assim, aqui na comunidade, recebiam a cesta básica quilombola, foi cortado, nunca mais veio, acabou [...]. Sei que até janeiro a gente recebeu e fevereiro a gente recebeu, daqui pra cá parou; vinha feijão, arroz, milho, aquele pacotinho de cuscuz, leite e óleo (M.G. B.S., 30 anos – Cal).

Nessa perspectiva, Valente (2002) discute o direito à alimentação enquanto direito humano, o qual exige o reconhecimento dentro da Constituição, aplicável a todos, com formas de gerar renda familiar, como consequência a melhora da saúde e os aspectos essenciais da alimentação dos grupos mais vulneráveis da sociedade. A segurança alimentar discute a organização da sociedade através de políticas públicas que são cabíveis ao Estado e responsabilidade da sociedade.

Portanto, a valorização da cultura alimentar quilombola é uma reivindicação da soberania alimentar vinculada ao conceito de segurança alimentar, direito de escolha dos povos, políticas e formas de sustentabilidade da atividade produtiva, e incluem questões sobre o consumo de alimentos, requisitos básicos para que o direito à alimentação seja garantido à toda população, respeitando a cultura, bem como a diversidade nos modos camponeses de produzir, considerando o potencial produtivo da agricultura familiar (MPA, 2016).

A partir desta premissa, os debates acerca da soberania alimentar enfatizam as características das comunidades remanescentes quilombolas em relação aos modos de produção, bem como os alimentos na perspectiva cultural, como proposta de segurança alimentar e nutricional destinada aos agricultores familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados expostos na pesquisa mostram que a agricultura familiar em comunidades remanescentes quilombolas caracteriza-se como atividades agrícolas de subsistência. Entretanto, a ausência de políticas públicas precarizou o desenvolvimento da produção, levando à invisibilização desses povos tradicionais.

Nesse contexto, a agricultura familiar praticada no âmbito das comunidades estudadas estava pautada em modos tradicionais de produzir alimentos, cujas técnicas foram transferidas por ancestrais ao longo do percurso histórico. A agricultura de subsistência demanda vários fatores que auxiliam na sobrevivência, destacando os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, como outra importante fonte econômica das comunidades. Mas, para as famílias quilombolas, a produção e o programa social juntos ainda eram insuficientes na garantia ao acesso dos alimentos necessários. Sendo assim, afetava a segurança alimentar e nutricional dos remanescentes.

As condições socioeconômicas evidenciadas a partir dos dados coletados indicam que as comunidades Malhada Vermelha, Moreira de Baixo e Cal tinham características peculiares e semelhantes. Além disso, em se tratando de infraestrutura, moradia e restrições de recursos financeiros, a comunidade quilombola Malhada Vermelha apresentava problemas específicos ferindo a dignidade e o bem-estar social.

Geralmente, os quilombolas comprometem todos os recursos financeiros com a compra têm dinheiro para suprir as necessidades essenciais; nessa perspectiva, não se evidenciaram as variadas políticas e ações do governo para amenizar a problemática, visto que há urgência em proporcionar mecanismos de garantia do direito à alimentação de forma adequada.

Na comunidade Cal os entrevistados apresentaram mais disponibilidade de recursos financeiros porque em boa parte das famílias havia alguém aposentado ou recebendo o auxílio-doença da previdência social. Mas os três povoados requerem ações necessárias à melhoria da qualidade de vida das famílias quilombolas. Não se evidenciaram políticas e ações do governo para amenizar a problemática que acomete a vida dos agricultores quilombolas.

Contudo, a alimentação consiste em direito humano e uma obrigatoriedade do Estado, e deveria ser oferecida a todos indistintamente. Hoje muitos indivíduos não dispõem desse direito básico devido à omissão do poder público e da sociedade. Nas comunidades estudadas, os discursos dos quilombolas retrataram os principais alimentos como feijão, carne, arroz, café, pão e cuscuz.

Torna-se urgente a aplicação de medidas voltadas ao bem-estar social, não somente nessas comunidades, mas em todas que fazem parte do sertão nordestino que apresentam realidades semelhantes, nas quais o principal motivo da invisibilidade desses povos é a ausência de humanismo, e o que impera é a omissão, a corrupção e a herança colonial da desigualdade social gerada pelos detentores do poder no país. Nessa perspectiva, os quilombolas necessitam de formação para que sejam capazes de reivindicar a operacionalização das diversas leis existentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2009. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/110vDMDM_MDA_1140e_/V15n1a01.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.
- AMARAL, Luiz Augusto do *et al.* Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 510-514, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/2476/S0034-89102003000400017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- AUDITEC GESTÃO CONTÁBIL. **Tabela de valores do salário mínimo de 1940 a 2022**. Piracicaba: [s. n.], 2022. Disponível em: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?inoid=1336>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCARE, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329-341. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/4398_2342.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.
- BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasil: MC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a->

informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=A%20execu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20(PAA)%3B. Acesso em: 6 jun. 2022.

CAMBUY, Andréia Oliveira Sancho. **Perfil alimentar da comunidade quilombola Joao Surá**: um estudo Etnográfico. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Perfil_Alimentar_JoaoSura.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

CANESQUI, Ana Maria. Comentário sobre os estudos Antropológicos da Alimentação. *In*: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 23-47. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-02.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

DANIEL, Jungla Maria Pimentel; CRAVO, Veraliz Zicarelli. Olhares antropológicos sobre a alimentação. *In*: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 57-68. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-04.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2016**. São Paulo: DIEESE, 2017. [nota a imprensa]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201612cestabasica.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

HAERTER, Leandro; NUNES, Georgina Helena Lima; CUNHA, Deise Teresinha Radmann. Refletindo acerca da contribuição da cultura quilombola aos currículos da educação básica brasileira, através da presença da história da África e Afrobrasileiro. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 267-278, dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/1175/1137>. Acesso em: 6 jun. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História**: Pariconha, Alagoas. Pariconha: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pariconha/historico>. Acesso em: 6 jun. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História**: Água Branca, Alagoas. Água Branca: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/agua-branca/historico>. Acesso em: 6 jun. 2022.

MELO, Érica Patrícia Alcântara de; CARTIBANI, Moema. Análise da renda familiar e consumo da cesta básica: Bairro “Vila Nazaré”. *In*: COMPLEX-CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA UESB, 5., 2000, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, 2000. p. 1-18.

MIRA, Feliciano José Borralho de. **Ao correr do olhar**: desafios para uma epistemologia poética. [S. l.: s. n.], 2013. No prelo.

MIRA, Feliciano José Borralho de. **Metáforas para novos mundos**: os desafios conceptuais. [S. l.: s. n.], 2016. No prelo.

MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES [COMUNICAÇÃO]. **Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PADILHA, Lucia Mara de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Comunidades Quilombolas Brasileiras na Perspectiva da História da Educação**; Estado da Arte. Projeto Fundação Araucária. Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (2012-2013). UEPG: 2013, p.1-14. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/comunidades-quilombolas-brasileiras-na-perspectiva-da-comunidades-quilombolas.html?page=1>. Acesso em: 13 jun. 2022.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 365-386, out./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/WNW5t7bLQPcMNjP6RJKmRyM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2022.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SANTOS, Alexandra. O sabor da história: práticas alimentares e identidade Quilombola. **Revista Intratexto**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-71, 2012. Número especial. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/3134/2240>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SANTOS, Fábio Rodrigo Santana. **Segurança alimentar e nutricional na comunidade quilombola de Ilha de Maré**: um estudo etnográfico sobre práticas alimentares. 2007. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9713/1/Trabalho%20Mestrado%20%20%20FABIO.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SCHNEIDER, Sergio. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. *In*: GRAMMONT, Hubert Carton de; VALLE, Luciano Martínez (coord.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: FLASCSO, 2009. p. 207-242.

SILVA, George; MELO, Sayonara Figueirôa Bezerra de. Análise religiosa e cultural das comunidades quilombolas na atualidade. *In*: COLÓQUIO DE HISTÓRIA PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: HISTORIOGRAFIA, PESQUISA E PATRIMÔNIO, 5., 2011, Recife. **Anais [...]**. Recife: UNICAP, 2011. p. 1371-1384. Disponível em: <http://www.unicap.br/coliquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1371-1384.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SILVA, Rafaela Paula; BAPTISTA, Silvia Regina. A comida em comunidades quilombolas: reflexões sobre sabores e mercados solidários. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 68-77, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/7396>. Acesso em: 7 jun. 2022.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

Recebido: fevereiro de 2022.
Aceito: junho de 2022.